

ARTIGO | *PAPER*

O SÍTIO OLHOS D'ÁGUA, ALTO VALE DO ARAÇUAÍ, MG: OUTRAS EPISTEMOLOGIAS, OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS NA INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM AFRODIASPÓRICA

Paulo Andrade Campos^a
Marcelo Fagundes^b

^a Mestrando em Humanidades - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - <https://orcid.org/0009-0003-1262-5278> - E-mail: campos.paulo@ufvjm.edu.br

^b Docente Associado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) Coordenador do LAEP/CEGEO/ICT - Docente PPGCH/FIH/UFVJM - Pesquisador do LINTT/MAE/USP - <https://orcid.org/0000-0002-7268-9375> - E-mail: marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre possíveis abordagens teórico-metodológicas da paisagem do sítio arqueológico Olhos D'Água, implantado no Alto Vale do Araçuaí; examinando as especificidades acerca da produção e utilização de um lugar dentro de um contexto afro-diaspórico. O sítio apresentou uma cultura material predominantemente cerâmica, associada à produção de pessoas afro-brasileiras, provavelmente durante os séculos XVIII e XIX. Nosso problema de pesquisa teve como foco o entendimento do lugar do sítio e sua potencialidade como uma área de manutenção e dispersão de distintas práticas culturais, observadas tanto na materialidade quanto nos marcos sociogeográficos. Dessa forma, buscou-se potencializar as narrativas referentes ao contexto histórico, utilizando uma bibliografia majoritariamente afro-centrada, sendo os conceitos-chave utilizados: quilombo, paisagem e memória oral.

PALAVRAS-CHAVE

Quilombo, Paisagem, Memória, Cerâmica, Alto Vale do Araçuaí.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on possible theoretical and methodological approaches to the landscape of the archaeological site Olhos D'Água, located in the upper valley of the Araçuaí River; examining the specificities about the production and use of a place within an Afro-diasporic context. The archaeological site presented a predominantly ceramic material culture associated with the production of Afro-Brazilian people, probably during the 18th and 19th centuries. Our research problem focused on understanding the place of the site and its potential as an area of maintenance and dispersion of different cultural practices, observed both in materiality and in geographical landmarks. In this way, we sought to enhance the narratives referring to the historical context, using a mostly Afro-centered bibliography, with the key concepts used: quilombo, landscape and oral memory.

KEYWORDS

Quilombo, Landscape, Memory, Ceramic, Upper Valley of Araçuaí River.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CAMPOS, Paulo Andrade; FAGUNDES, Marcelo. O sítio Olhos D'Água, Alto Vale do Araçuaí, MG: outras epistemologias, outras narrativas possíveis na interpretação da paisagem afro-diaspórica. Cadernos do Lepaarq, v. XX, n.40, p.234-252, Jul-Dez. 2023.

O SÍTIO OLHOS D'ÁGUA: OUTRAS EPISTEMOLOGIAS, OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS NA INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM AFRODIASPÓRICA – SENADOR MODESTINO GONÇALVES (OU FELÍCIO DOS SANTOS), MINAS GERAIS

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre possíveis abordagens teórico-metodológicas da paisagem, examinando as especificidades acerca da produção e utilização de um lugar dentro de um contexto afro-diaspórico. Para tal, realizamos a análise do sítio Olhos D'Água, implantado no Alto Vale do Araçuaí, município de Senador Modestino Gonçalves, MG¹, com uma materialidade composta de fragmentos cerâmicos, majoritariamente, relacionadas à população de escravizados (as), alforriados (as) e/ou descendentes, possivelmente entre os séculos XVIII e XIX (Fig.1).

O sítio arqueológico localiza-se em terras antes pertencentes à Fazenda Tamboril, propriedade que contava com grande prestígio e influência social, política e econômica regionalmente, sobretudo no município vizinho de Felício dos Santos. Muito embora essa localidade tenha aproximadamente dois séculos de existência documentada (a partir de inventários e disputas judiciais), durante o levantamento bibliográfico foi possível observar que ainda são incipientes as pesquisas que retratem seu período da escravização.

A narrativa hegemônica (eurocentrada, patriarcal e branca) sobre a formação dos povoados (incluindo as cidades atuais de Senador Modestino Gonçalves e Felício dos Santos), descreve toda a região como um espaço de grandes fazendas e produção de alimentos, relegando a notas de rodapé, quando muito, a atuação das pessoas escravizadas no desenvolvimento das práticas econômicas locais.

Lino (2017) aponta que apesar da forte presença da população negra durante o desenvolvimento da sociedade brasileira, ocorreu a construção de um tipo de racismo “(...) que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade” (LINO, 2017, p.51).

Nossa abordagem ao sítio aconteceu entre os anos de 2022 e 2023 no âmbito do Programa de Mestrado em Ciências Humanas (PPGCH/UFVJM). Tendo em vista que o sítio apresentou uma materialidade relacionada ao período colonial brasileiro, provavelmente anterior a abolição e, principalmente, utilizando tecnologia cerâmica associada às comunidades negras, para esta análise é utilizada uma bibliografia interdisciplinar e afro-centrada produzida, em especial, por intelectuais brasileiros/as.

A escolha por uma bibliografia que fuja dos cânones eurocêtricos e/ou hegemônicos, está de acordo com uma abordagem pós-colonial (ou decolonial) do contexto arqueológico, que tem sido aplicada nas pesquisas a partir da segunda metade do século XX. Tal movimento busca a “(...)

1 Os atuais moradores dizem, e acreditam, que a propriedade está em terras da cidade de Felício dos Santos, MG, talvez em função da proximidade dessa sede municipal e, principalmente, o acesso. No entanto, o sítio Olhos D'Água e, por conseguinte, a propriedade, ambos estão em terras de Senador Modestino Gonçalves. Preferimos utilizar a referência política, no entanto, temos ciência dessa dualidade e, principalmente, como os atuais residentes, e toda a comunidade, denominam essa região, tendo toda suas relações (pessoais, sociais e culturais) com Felício dos Santos.

elaboração de novos conceitos para entender a cultura material e a formação do registro arqueológico em situações coloniais” (CARVALHO, 2018, p.75).

Uma abordagem decolonial preza pela reflexão e incorporação de outras ontologias, de outras formas de compreender e interagir com o mundo à sua volta. Gomes (2018) apresenta como uma alternativa para superar “desajustes cosmológicos na prática arqueológica”, os entrelaçamentos de conhecimentos, onde o saber local e os dados arqueológicos seriam articulados, buscando a criação de novas interpretações para o passado (GOMES, 2018, p. 62).

A aplicação de arqueologias pós-coloniais apresentou como um de seus resultados o surgimento de narrativas multivocais, capazes de contestar uma naturalização das relações sociais imposta pelo pensamento científico ocidental (LANDER, 2005; CARVALHO, 2018). Logo, o modelo civilizatório globalizado e universal, no qual a sociedade europeia seria o ápice da experiência humana, mostra-se ineficaz para explicar a diversidade e complexidade das interações entre os distintos grupos humanos (LANDER, 2005).

Na área em foco desta pesquisa, pôde ser observado um apagamento, uma ausência de narrativas que dessem conta de descrever e de lembrar a sua própria história, sua multiplicidade, bem como seus distintos atores sociais. Desse modo, a identificação de um espaço com materialidade da população negra assume grande importância narrativa, visto que, a partir do estudo do sítio Olhos D’Água, é possível compreender outras vivências desenvolvidas pelas pessoas escravizadas, alforriadas e seus descendentes.

Essas vivências passam pela produção da paisagem a partir da escolha de um lugar em que fosse possível desenvolver práticas sociais específicas, mostrando mecanismos de resistência e reprodução da cultura negra a partir de atividades que envolveram a produção de alimentos, compartilhamento de um arcabouço cultural – observado na decoração cerâmica – e, possivelmente, das atividades religiosas. Dessa forma, neste artigo, buscaremos desenvolver uma análise paisagística do sítio Olhos D’água, que abarque a produção dos lugares a partir de distintas atividades sociais, utilizando como referência o conceito de quilombo proposto pela historiadora Beatriz Nascimento (2021) e relatos da memória oral, coletadas no município de Felício dos Santos, que apontam para o uso de espaços rurais nos festejos da população escravizada.

É importante destacar que a análise dos fragmentos cerâmicos serve nesse primeiro momento apenas como um indicador temporal de ocupação do sítio. A abordagem específica da cultura material, a partir de aspectos simbólicos e tecno-decorativos, será realizada em outra oportunidade.

Portanto, nesta publicação, buscaremos discutir aspectos teóricos referente à construção da paisagem pela população negra regional, no período entre os séculos XVIII e XIX. Entendemos que os conceitos aqui utilizando poderão tanto auxiliar na construção de narrativas multivocais quanto ser aplicados em outros contextos afro-diaspóricos.

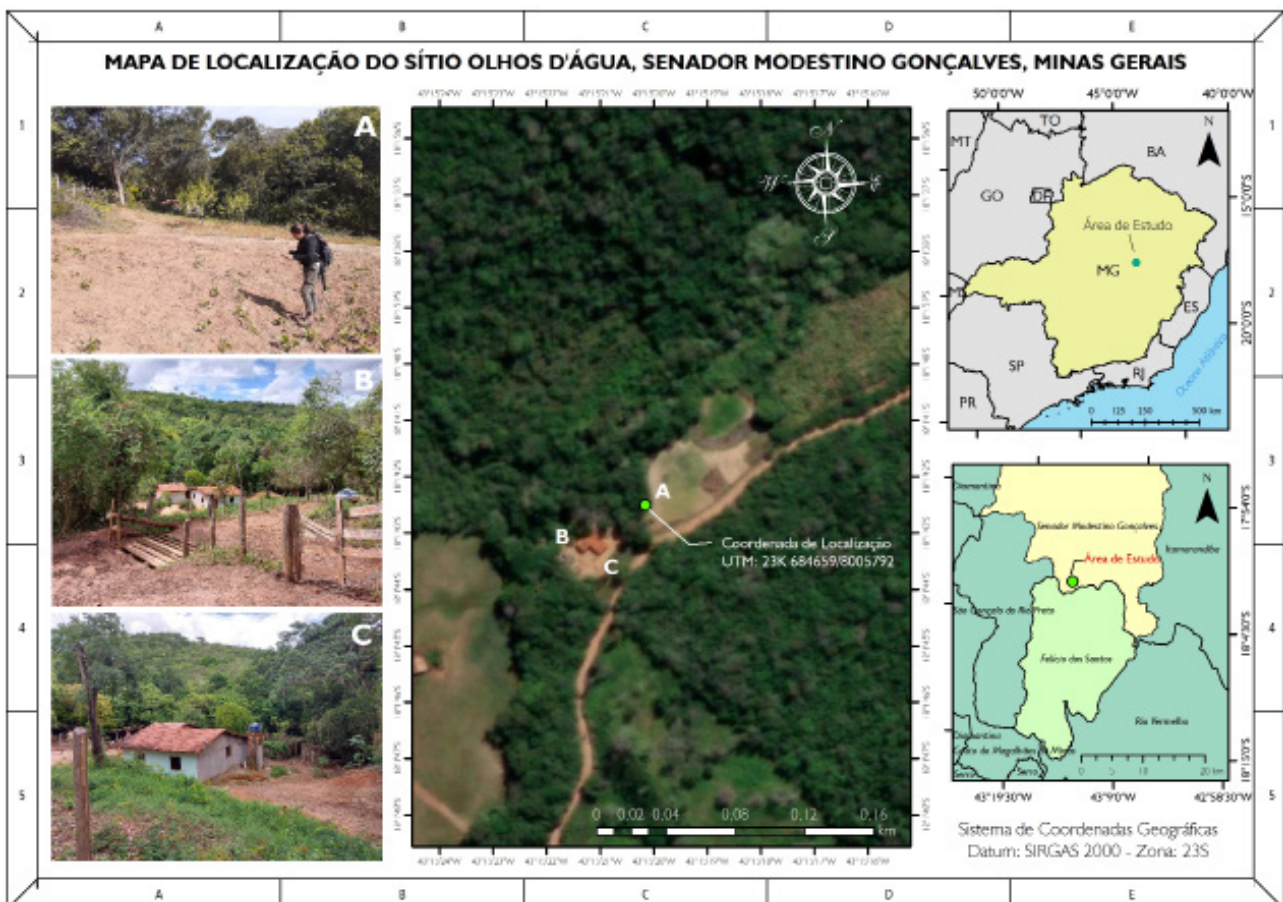


Figura 1. Localização do sítio arqueológico Olhos d'água, Fonte: IBGE, Confecção: França, 2023. (A) Área da dispersão cerâmica; (B) Entrada da propriedade; (C) Residência dos atuais moradores. Fonte: Campos, 2023.

SÍTIO OLHOS D'ÁGUA – CONTEXTO DA PESQUISA

No ano de 2021 foi identificado um sítio arqueológico com uma cultura material predominantemente cerâmica, denominado de Olhos D'Água. O sítio está localizado na antiga área da Fazenda Tamboril, distante aproximadamente 3 km da sede da fazenda, apresentando fragmentos cerâmicos datados, provavelmente, entre os séculos XVIII e XIX, de fabricação afro-brasileira, dispersos por uma área de aproximadamente 100 m² (Figs. 2 e 3)².

² Tal inferência foi possível devido ao material de referência da Reserva Técnica (LAEP/UFVJM), principalmente do quintal da Casa da Chica, Praça do Mercado e Largo Dom João, todos em Diamantina, MG



Figura 2. Fragmentos de borda coletados no sítio Olhos D'água. Fonte: Fagundes, 2023.



Figura 3. Fragmentos de cerâmica com decoração incisa, coletados no sítio Olhos D'água. Fonte: Fagundes, 2023.

O sítio está implementado na baixa vertente, em uma região com feição de fundo de vale. Atualmente a área do sítio encontra-se dentro de uma pequena propriedade com estruturas típi-

cas do campesinato e relacionadas à produção de alimentos, tal como forno de cupim e moenda (GUIMARÃES *et al.*, 2003). O material arqueológico foi identificado próximo da entrada da residência, além de uma área destinada a plantação (milho e feijão), locais onde o sedimento havia sido arado com equipamento de tração animal (Figs. 4 e 5).



Figura 4. Localização do sítio. (A) Entrada da propriedade; (B) Área destinada para plantação; (C) Estruturas atuais de campesinato; (D) Ocupação contemporânea. Fonte: Campos, 2023.

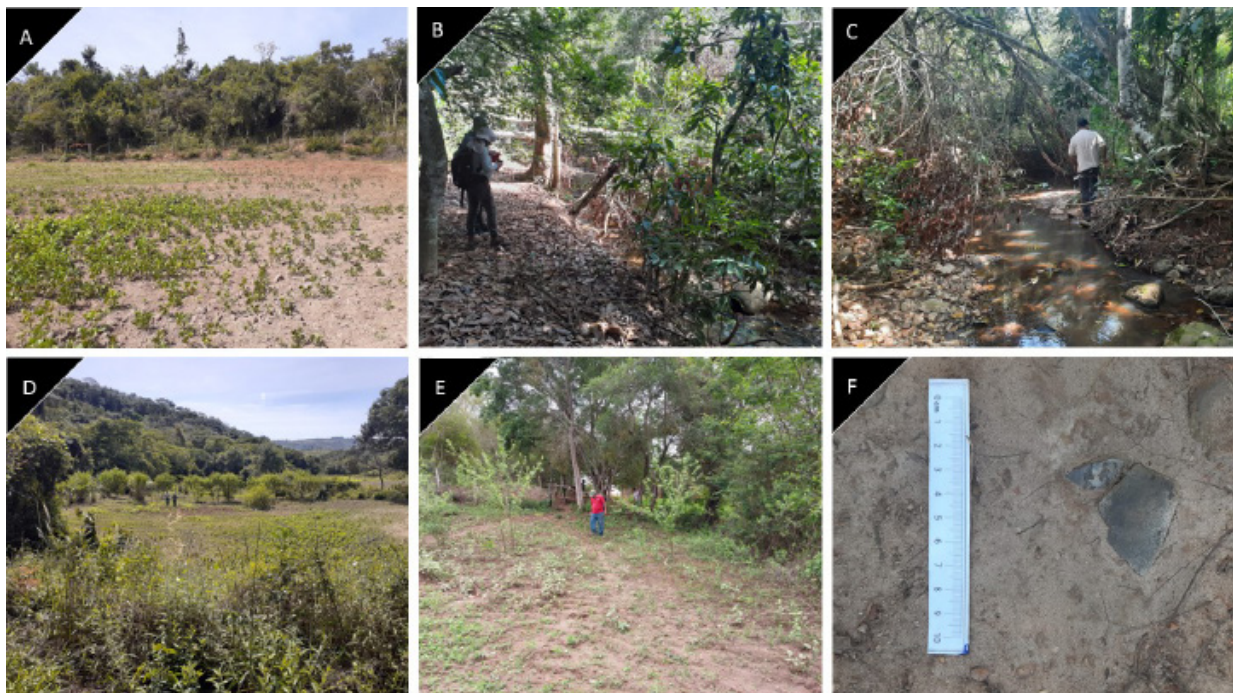


Figura 5. Atividades de campo. (A) Área de lavoura com presença de material arqueológico; (B) Análise dos marcos paisagísticos pela equipe; (C) caminhamento no curso d'água local; (D) Implementação do sítio na paisagem; (E) Atividade não interventiva na área do sítio; (F) Cerâmica identificada in loco. Fonte: Campos, 2023.

Nas proximidades passa um curso d'água local que, além de ser um importante recurso de água potável, trata-se de uma possível fonte para extração de argila. Na margem oposta, existe a gruta do Ipê, sendo o local caracterizado como uma fenda na encosta do morro com altitude média de 10 m ao longo de aproximadamente 50 m de comprimento. O relevo no entorno do sítio apresenta ondulação suave e em alguns pontos vestígios de mata secundária.

Felício do Santos (cidade de referência) surgiu e se desenvolveu como um centro regional de comércio, no qual sua economia era focada na distribuição de produtos alimentícios para o Arraial do Tijuco, atual Diamantina (MACEDO, 2017). No final do século XVIII, novas rotas comerciais foram criadas tendo a localidade como ponto central entre Rio Vermelho, Coluna e Serro. Esse novo mercado era marcado pela ação dos tropeiros que comercializavam os produtos entre os diferentes povoados (BISPO, 2020).

Carvalho e Canuto (2002) apontam que o primeiro documento sobre a região data de 1858. O conteúdo da documentação relata uma disputa de terra entre dois moradores perto do ribeirão de Sant'Ana, localizado na época no distrito de Rio Vermelho (CARVALHO; CANUTO, 2002).

Em meados do século XIX, Joaquim Veloso realizou a compra de diversas propriedades regionais, entre elas a fazenda Tamboril, que se tornaria a sede da unidade produtiva, responsável por nomear a região. Neste período de crescimento comercial, toda a região também se tornou um ponto de recepção de pessoas escravizadas para o trabalho forçado na agricultura e pecuária. Carvalho e Canuto (2002) afirmam, em um breve relato, que as fazendas do Tamboril e do Sobrado foram os principais destinos da mão de obra de pessoas escravizadas.

Visto a importância econômica (e sociopolítica) da fazenda do Tamboril durante o século XIX, fomos ao arquivo público de Diamantina, localizado na biblioteca Antônio Torres, com o intuito de identificar documentos que nos auxiliassem na compreensão sobre a população escravizada da região. Após levantamento bibliográfico, conseguimos identificar um inventário ocorrido entre os anos de 1868 e 1875 referente ao espólio de Francisca Cândida de Jesus, onde consta a venda da Fazenda Tamboril para Joaquim Veloso. No inventário encontram-se relatados painéis de cobre, bacias, espelhos de parede, moinho, gangorra e casa de vivenda, também são descritos animais de carga e, por fim, quatorze pessoas escravizadas.

Ciente das lacunas existentes nas descrições realizadas pelos avaliadores, bem como dos termos pejorativos e generalizantes utilizados de forma recorrente para se referir às pessoas negras, acreditamos que uma leitura criteriosa do inventário pode fornecer informações importantes sobre a população de escravizados de alto vale do Araçuaí que, em certa medida, sobre as pessoas ou grupo de pessoas responsáveis, direta ou indiretamente, pela ocupação do sítio Olhos D'Água.

Referente ao estudo de inventários *post mortem* como fonte de informações, Cunha (2022) afirma que são abundantes nos arquivos e fóruns das cidades brasileiras, mas são pouco utilizados para estudos da população. A autora define os inventários como "(...) documentos regulados pelo direito de sucessão, nos quais são enumerados os herdeiros e relacionados os bens da pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança" (CUNHA, 2022, p.76).

Cunha (2022) ainda afirma que a análise dos fenômenos não está diretamente ligada ao tipo de documento disponível, sendo necessário adaptar-se a situações distintas. Com isso, a pesquisadora aponta para uma leitura dos dados dos inventários *post mortem* como uma fonte de extrair informações diversas sobre a população escravizada tais como: gênero, origem, idade, entre outros. A partir do exposto acima, realizamos uma sistematização dos dados referente a população escravizada da Fazenda do Tamboril, registrando: o nome, a origem, idade, cor e valor (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação de pessoas escravizadas da fazenda Tamboril.

Fonte: Biblioteca Antônio Dias, Diamantina-MG. Espólio de Dona Francisca Cândida de Jesus: 1868-1875, p.113, 2022.

NOME/GÊNERO	ORIGEM	IDADE	COR	VALOR (RÉIS)
Braz (masculino)	Africano	31	Preto	1 conto
Duarte (masculino)	--	30	Cabra	1 conto
Joaquim (masculino)	Brasileiro	9	Crioulo	--
Manoel (masculino)	--	14	Crioulo	800 mil
Calisto (masculino)	Brasileiro	12	--	800 mil
Belisario (masculino)	Brasileiro	10	Cabra	400 mil
Felipe (masculino)	Brasileiro	11	--	600 mil
Pedro (masculino)	--	--	--	--
Cleonice (feminino)	--	2	--	400 mil
Maria (feminino)	Africana	55	--	120 mil
Rita (feminino)	--	40	Crioula	500 mil
Eufrasina (feminino)	--	38	--	500 mil
Amélia (feminino)	Brasileira	10	Parda	800 mil
Honorato (masculino)	--	28	Cabra	Fugido

Observando o Quadro 1, temos que a população de escravizados/as da fazenda Tamboril era formada por 64% de pessoas do gênero masculino e 36% de pessoas do gênero feminino. A maior quantidade da mão de força masculina poderia estar associada às atividades econômicas realizadas na fazenda, como as agrícolas.

Quanto à origem da população escravizada na fazenda do Tamboril foram identificadas duas pessoas (14%) de origem “africana”, embora não tenha sido descrita alguma região de referência. É importante destacar que o tráfico transatlântico de escravizados foi extinto, pelo menos oficialmente, no início da década de 1850, dessa maneira, era de se esperar que a maior parte das pessoas escravizadas em Felício do Santos estivessem relacionadas ao tráfico interno ou ao nascimento.

A hipótese acima, da manutenção da população escravizada a partir do nascimento, demonstra fortes indícios de ter ocorrido em todo Alto Vale do Araçuaí. Analisando os dados referentes à idade, temos que metade dos/as escravizados/as possuíam menos de 14 anos. Com isso, seria interessante refletir como essas crianças participavam, aprendiam e reproduziam aspectos da cultura negra, da religiosidade, bem como o papel da cultura material inserida nesse processo de aprendizado.

Finalizando a análise do inventário, temos que das 14 pessoas escravizadas que viviam na fazenda Tamboril, Honorato foi descrito como um escravo fugido. Na documentação do inventário, Honorato, com idade de 28 anos, é caracterizado como um “criminoso”, sendo sua localização desconhecida nos últimos 5 anos, ou seja, no período entre 1863 e 1868. Sem demais informações, o caso do escravizado Honorato ilustra uma das formas de resistência contra o sistema escravista: as fugas.

Guimarães (1988) descreve a fuga como um ato de resistência que parte das pessoas escravizadas retirando do senhor o domínio sobre sua existência. Guimarães (1988) afirma que as fugas foram recorrentes durante todo o século XVIII, na sua pesquisa também são apresentadas diversas cartas e documentos que reforçam a preocupação do sistema escravista com as perdas causadas aos “proprietários” e à “Coroa”, bem como a necessidade de se combater esse tipo de resistência.

É significativo observar que, durante o período abordado nesta pesquisa, a escravização no Brasil já ocorria há aproximadamente três séculos, mas naquele momento a presença de escravizados africanos era proporcionalmente muito menor do que os escravizados brasileiros. Esse longo período do sistema escravista resultou numa complexidade e multiplicidade de interações, resistências, reproduções e inovações da população negra no território brasileiro.

Também é importante pontuar como a relação com as pessoas libertas, alforriadas e seus descendentes, em contato com a população negra ainda escravizada, moldou a ocupação da paisagem no Alto Vale do Araçuaí. Qual seria a contribuição dessas pessoas nas festas, na produção dos artefatos, na religiosidade, enfim na manutenção de um arcabouço cultural afro-diaspórico?

Por fim, é preciso destacar que a materialidade do sítio arqueológico Olhos D'Água apresenta características tecno-decorativas condizentes ao período histórico identificado durante o levantamento dos dados primários históricos realizado neste trabalho, podendo ter sido confeccionada algumas décadas antes ou depois do período documentado no inventário. No entanto, visto que o sítio foi ocupado pelos ascendentes ou descendentes da população negra da fazenda Tamboril e do entorno, achamos pertinentes os dados aqui discutidos, buscando quantificar, nomear e compreender parte da experiência da população escravizada de modo que essas pessoas não sejam invisibilizadas a partir de categorias genéricas, tal como “escravos”.

O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA RELAÇÃO COM A ARQUEOLOGIA

Antes de analisar a implementação do sítio Olhos D'Água na paisagem, bem como suas características particulares, se faz necessário uma breve síntese sobre a utilização do conceito ao longo das últimas décadas. Nosso recorte levou em consideração alguns textos-chave para o desenvolvimento da categoria analítica paisagem, além de autores/as que se aproximam da nossa proposta de análise.

O Carl Sauer foi um dos pioneiros dos estudos da Geografia Cultural com a publicação do texto “A morfologia da paisagem”, de 1925 (CORRÊA, 2014). Sauer considerou a paisagem como um “(...) produto humano variável e dinâmica, que se marca no tempo e é marcada por ele” (FA-

GUNDES *et al.*, 2021, p.77), sendo então denominada de paisagem cultural.

Silva (2021) afirma que a virada cultural, ocorrida na década de 1970, permitiu o surgimento de novas teorias críticas sobre a paisagem. A partir da contestação ao modelo positivista e amparado pelas teorias pós-modernas, pós-coloniais e pós-estruturalistas, a virada cultural interligou a Antropologia, Psicologia, Linguística, Filosofia, entre outros saberes, na elaboração de novas abordagens epistemológicas (SILVA, 2021).

Como resultado, foram elaboradas novas perspectivas referentes aos problemas de pesquisa da primeira metade do século XX, sobretudo os que tinham como objeto de estudo a paisagem. Silva (2021) destaca como um dos principais pontos advindos desse processo foi o entendimento de que a natureza é uma construção cultural. Dessa forma, a paisagem estaria repleta de simbolismos e subjetividades, sendo abordada de maneira metafórica como um texto.

Um dos principais representantes dessa vertente ideológica foi Denis Cosgrove, que publicou o texto “*Social Formation and Symbolic Landscape*”, no ano de 1994. Entre suas influências temos o conceito de cultura instaurado pela Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, entendida como uma teia de significados elaborados pelos grupos humanos necessitando de um contexto para sua devida interpretação (GEERTZ, 1989).

A paisagem seria composta por múltiplas camadas de significação, estabelecidas pela interação dos grupos humanos com a materialidade, gerando distintos campos simbólicos. Com isso, os signos utilizados pelas pessoas para experienciar e transformar o mundo fariam parte de uma gramática, permitindo a leitura no presente pelos atores que produzem e compartilham os códigos, bem como novas interpretações futuras surgidas nas tentativas de decodificação (FAGUNDES, 2021).

Sendo assim, a paisagem assume um sentido político, tornando-se um meio capaz de expressar ideias, sentimentos, valores e narrativas (COSGROVE, 1993). A complexidade da paisagem-texto encontra ressonância com o pós-estruturalismo, sobretudo ao considerar as múltiplas influências e significados que as palavras, ou no caso os significantes, possuem. Logo, os textos sofreriam influências uns dos outros, não sendo meras representações, ou ligações diretas entre significante e significado. A paisagem seria um hipertexto que deveria levar em consideração os valores do intérprete e sua construção intertextual (SILVA, 2021).

O conceito de paisagem adquire novas possibilidades interpretativas entre o final do século XX e início do século XXI, a partir de um movimento conhecido como virada ontológica. Graber (2019) discute os preceitos da virada ontológica e da mudança proposta entre epistemologia, que envolveria teorias do conhecimento, no caso representado pela ciência moderna, e a ontologia, que consideraria as formas de saber das pessoas, nesse caso assumindo papéis de protagonismo na construção das narrativas.

Dentre os autores desse movimento teórico, Ingold (1993) promove uma crítica ao modelo dualista que tratava natureza e cultura como pares. Considerando um emaranhado de engajamentos entre seres, sinais do passado e o mundo, Ingold distingue a paisagem dos conceitos de “terra” ou “natureza”, entendidas até então como uma realidade exterior aos demais seres que a

permeiam, homogêneas, em contraposição a cultura, que envolveria as representações e demais significações dadas pelas pessoas, propondo uma caracterização da paisagem na qual esta seria pensada a partir dos diferentes pontos de vista daqueles que habitam e produzem o mundo.

Portanto, a paisagem não seria algo estático, mas estaria em constante transformação provocada por distintos agentes humanos e não humanos, tal como a chuva, o calor e o frio (FAGUNDES; ARCURI, 2023). Dessa forma, temos que a vida social dos grupos humanos não seria isolada, mas sim entrelaçada de sentidos que só podem ser entendidos a partir de suas inter-relações. Ou seja, a paisagem é parte da humanidade, surgindo a partir da “(...) atividade reflexiva e relacional que surge da relação corporal que identifica texturas, superfícies, caminhos, umidade, cheiros, sons, ritmos, formas e cores” (FAGUNDES *et al.*, 2021, p.79).

No raciocínio de Tilley e Cameron-Daum (2017), as paisagens produziram os corpos, bem como os corpos seriam produzidos pela paisagem. Essa relação seria constituída a partir dos processos de incorporação ocorridos durante a mediação das pessoas e do seu ambiente, fazendo parte de sua identidade, de sua maneira de compreender o mundo (TILLEY; CAMERON-DAUM, 2017).

Bender e Winer (2001) abordam temáticas, dentro as quais, a paisagem, lugares, patrimônio e identidade. Para tanto, utilizam de linguagens interdisciplinares, tais como: poemas, romances, dados arqueológicos, antropológicos, entre outros. Assim, relacionam a paisagem a partir dos interesses individuais, sociais e políticos, tornando o conceito algo maleável que pode ser contestado, formado e reorganizado a partir de distintas circunstâncias (BENDER; WINER, 2001).

As autoras introduzem questões contemporâneas no estudo da paisagem, por exemplo, as migrações, abordando as conexões existentes entre distintas paisagens como a fábrica e o campo, bem como as múltiplas relações, em alguns casos conflituosas, que corpos diferentes estabelecem com esses lugares, com o mundo material existente a sua volta (BENDER; WINER, 2001).

Logo, de acordo com quem você é (seu gênero, status, etnia, entre outros), associado ao contexto histórico-político, denominada de *biographical moment*, o entendimento e engajamento com a paisagem ocorrerá de maneiras distintas (BENDER; WIMER, 2001). Outro ponto abordado é a relação da memória com a paisagem, visto que as pessoas selecionam histórias, lembranças e narrativas a partir de sua relação ancestral com os lugares e de suas perspectivas futuras (BENDER; WINER, 2001).

Inicialmente, para entendermos a relação entre arqueologia e paisagem, bem como sua utilização dentro do nosso contexto de análise, é preciso realizar uma breve caracterização. Logo, temos que a arqueologia pode ser compreendida como uma ciência que estuda os artefatos e outros aspectos da cultura material “buscando compreender as diferentes formas de organização social, de organização política, de espiritualidade, de sentidos de lugar, de arte, de hábitos alimentares e demais aspectos da vida cotidiana” (Atalay 2006: 280, tradução dos autores).

Dessa forma, uma das “preocupações” da pesquisa arqueológica envolve a relação entre os grupos humanos e o seu entorno. A partir de distintas modificações, significados e interações entre as pessoas e o meio-ambiente é possível apreender aspectos que envolvem a construção de

identidades individuais e coletivas de diferentes grupos.

Sendo assim, a paisagem, fabricada a partir de alterações físicas e metafísicas dos espaços e lugares pelas pessoas, surge como um aparato teórico dentro da análise arqueológica, com o potencial interpretativo de auxiliar na compreensão de distintas relações de pertencimento, memória, materialidades e saberes. Esse emaranhado de relações varia a partir dos distintos corpos e de sua experiência no mundo, envolvendo assim aspectos sociais, históricos e políticos a partir dos recortes de gênero, raça e classe (INGOLD 2010, LATOUR 2004; BENDER & WINER, 2001).

Logo, a paisagem constitui e é constituída pelos seres humanos, sendo parte importante de suas identidades. Por fim, nessa gama de significados, as características geoambientais e os vestígios arqueológicos se tornam parte da rede de interrelações entre os seres vivos e o ambiente.

UMA PAISAGEM QUILOMBOLA: LUGARES E SEUS SIGNIFICADOS

Pensando nas potencialidades existentes no sítio arqueológico Olhos D'Água, destacamos dois pontos citados anteriormente sobre a relação entre a paisagem e os grupos humanos. O primeiro ponto surge na abordagem de Tilley (2006), na qual as paisagens produziram os corpos e em sentido inverso os corpos produziram paisagem, fazendo desse modo, parte de sua identidade. Em seguida temos a abordagem de Bender e Winer (2001), na qual a memória seria um importante instrumento na construção de relações entre lugares e pessoas, considerando aí as ocupações futuras, pautadas em histórias, lembranças e reconhecimento de outras características ancestrais.

Dessa forma, consideramos a possibilidade de que o sítio arqueológico Olhos D'Água possa ter passado por um processo semelhante ao descrito acima. Com isso, a ocupação do sítio arqueológico por pessoas negras, foi um processo de produção da paisagem e dos corpos que ocuparam aquele lugar, sendo a escolha do espaço destinada para atividades diversas, tais como: refúgio, reunião, atividades religiosas, atividades festivas, entre outros orientada a partir de narrativas ancestrais que puderam assimilar aquela configuração socioespacial a outras espacialidades.

Visto a materialidade afro-diaspórica do sítio Olhos D'Água, propomos a seguir uma reflexão de sua espacialidade a partir de uma outra categoria de organização social: a de quilombo. Embora as teorias de Nascimento (2021), não tenham sido pensadas a partir de um contexto arqueológico, consideramos que sua caracterização de sistemas sociais alternativos possa ser de grande valia para esse tipo de abordagem.

Beatriz Nascimento (2021) indica que o termo *kilombo* teria surgido em Angola, sendo utilizado de uma forma polissêmica. Um dos usos da palavra *kilombo* serviria para designar os indivíduos iniciados pelos guerreiros *Imbangalas*. Outro significado estaria relacionado à casa sagrada onde acontecia o ritual de iniciação, sendo que "(...) mais tarde, no século XIX, as caravanas de comércio em Angola recebiam a mesma denominação" (NASCIMENTO, 2021, p.132).

O sistema colonial português, após a destruição de Palmares, em 1740 define quilombo como “(...) toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham rancho levantados nem se achem pilões neles” (NASCIMENTO, 2021, p.133). Nos anos seguintes, os quilombos foram reiteradamente relacionados aos momentos históricos de repressão oficial executadas pelos governos vigentes contra esses espaços de resistência, bem como a outros conceitos preconceituosos, como um lugar de “negro fujão” (NASCIMENTO, 2021).

Entre suas conclusões, Nascimento (2021) afirma que os quilombos seriam uma reação ideológica, político-militar e social que, de maneira vitoriosa, desafiaram o regime colonial oficial durante o período escravista. É a partir desse posicionamento que propomos uma análise arqueológica da paisagem onde está implantado o sítio Olhos D'Água.

Portanto, com base em uma nova abordagem metodológica dos quilombos brasileiros, Nascimento (2021) afirma que esses locais não podem ser reduzidos à fuga, visto que são apenas uma das etapas de luta e resistência da população negra contra as repressões da sociedade colonial. Menezes (2022) analisa as possibilidades arqueológicas e geoespaciais dos quilombos brasileiros, com destaque para o antigo quilombo do Ambrósio. Menezes (2022) pontua que as características climáticas e de relevo dos assentamentos quilombolas no cerrado brasileiro, são semelhantes às formações dos acampamentos na área de savana na Angola, bem como em áreas montanhosas na região noroeste daquele país.

Fazendo um resumo de vários trabalhos arqueológicos em áreas de quilombo, Pedro Menezes (2022) afirma que os quilombos brasileiros focaram suas ocupações nas regiões montanhosas. Outra característica destacada pelo autor para o contexto brasileiro, é a alta mobilidade dos grupos quilombolas que, de modo geral, não se assentavam no mesmo território por períodos prolongados. Carvalho (2018) relata um trecho importante sobre a paisagem do quilombo de Ambrósio, mas que pode ser estendida a outros sítios similares:

A equipe de pesquisadores da UNB, que voltou ao quilombo em 2010 fez referência ao Parecer do IPHAN de 1998 e destacou a escolha estratégica por parte dos quilombolas ao escolher um local que privilegiasse a defesa da comunidade que ocupava a “parte mais baixa de uma depressão, próximo ao curso D'Água perene e ao Morro da Espia (CARVALHO, 2018, p.40)

Inicialmente, temos que a paisagem do sítio arqueológico Olhos D'Água é similar a descrição geral realizada para os quilombos brasileiros, sendo um espaço localizado na parte baixa de uma região de relevo montanhosos, próximo de uma depressão, no caso, a grota do Ipê, que poderia ser utilizada para defesa ou esconderijo das pessoas, além da proximidade com curso d'água local. Seguindo a premissa da alta mobilidade, a presença de vestígios arqueológicos em superfície em uma área bem delimitada, 100 m², e em baixa quantidade, pode corresponder a uma ocupação pontual daquele espaço. Essa identificação de aspectos geoambientais, que correspondem a áreas de quilombos identificados anteriormente, associados à materialidade afro-brasileira, pode indicar uma escolha e construção do espaço pautada no compartilhamento de um arcabouço cultural pela diáspora africana no Brasil. Dessa forma, a dispersão, ocupação e

manutenção dos quilombos no território brasileiro, pode ter atendido a aspectos que envolviam valores identitários e saberes ancestrais, resultando na recorrência de assentamentos em compartimentos paisagísticos semelhantes, bem como na reprodução de uma cultura material nesses espaços.

PAISAGEM E MEMÓRIA

A ocupação do sítio Olhos D'Água a partir da categoria quilombo, relacionando dados interdisciplinares, como realizado acima, não esgota as possibilidades interpretativas daquele lugar. Uma outra narrativa, contrapondo a história hegemônica que prioriza os grandes fazendeiros (homens e brancos), surge nesse contexto em específico, a partir da memória oral, coletada na comunidade no trabalho de Macedo (2017).

Alonso (2016) aponta que a manifestação da memória é uma atividade não passiva que envolve a representação que cada indivíduo faz de sua própria experiência. Sendo assim, a memória estaria relacionada à filiação de um passado, envolvendo em suma a construção de uma identidade. Alonso (2016) destaca que a memória individual é um ponto da memória coletiva, atravessada por simultaneidades mais ou menos coesas, dessa forma, lembrar seria um ato conjunto.

Macedo (2017) registra diversas entrevistas com os moradores de distritos próximos ao sítio Olho D'Água, buscando identificar a relação entre as pessoas e os bens patrimoniais. Entre os relatos orais coletados, temos a descrição da Festa de Nossa Senhora do Rosário, onde ocorre a participação do grupo de Marujada. Nas entrevistas é possível observar a relação dos “escravos” da região e do “povo da África”, como os fundadores dessa festividade. Desse modo, a Marujada preservaria a lembrança dos antepassados, assim como das pessoas escravizadas que habitaram a região. Das entrevistas realizadas por Macedo (2017), destacaremos uma fala.

Alvorada é um negócio...POR QUE A MARUJADA FOI FEITA PELOS ESCRAVOS... Né? Naquele tempo de escravo eles sofriam... SOFRIAM DEMAIS... Os escravos, os negros que trabalhavam nas fazendas...Né? Mas eles tinham uma promessa da liberdade, dos escravos não trabalharem para ninguém mais...Né? **E das fazendas eles reuniam, iam para o mato, a turma...Há mais de duzentos anos...Eles iam e por lá matava os animais, matava veado, matava tatu e aquelas coisas todas... E fazia festas lá na roça, no meio dos matos e preparava aquelas fardas...** sabendo que ia ter aquele dia... Né? Quando chegou o dia da liberdade que eles foram nas aldeias deles... Formaram lá e preparavam e saíram, todo mundo de pandeiros, toca de caixa e cantavam... TINHA PESSOAS...OS PATRÃO... CHEGOU DE CHORAR A ALTA DOS ESCRAVOS QUE FORAM MUITO JUDIADOS e eles (patrões) ficaram dentro de casa... SÓ OS DOIS... Porque agora não tinham mais ninguém para julgar eles (escravos) e ELES PAGODIARAM NAQUELA FARRA OS TRÊS (3) DIAS, que eram as festas... Né? Contavam aquelas histórias muito bonitas... Primeiro festejo foi chamado de Chico Rei e Mãe Maria...Né? Foi que fez aquela festa no mato, onde rompeu a liberdade... Né? E daí pra frente começou a ser pública em alguns lugares...Aqui mesmo, ninguém conhecia essas coisas... Conheci quem ia pra Rio Manso (MACEDO, 2017, p.102, grifo do autor).

A partir do trecho grifado acima, temos que a população de escravizados se reuniam “no mato” para a realização de festas. Essa atividade, assim como os quilombos, também pode ser

vista como uma forma de resistência às imposições do sistema, visto que nestes espaços “reservados” seria possível, durante um período, desenvolver, reproduzir e preservar distintos aspectos culturais e religiosos da população negra.

Voltando para o sítio Olhos D’Água, sua localização está distante cerca de 3 km da sede da Fazenda Tamboril, além disso o material arqueológico manteve, até o momento, características tecno-decorativas relacionadas a uma produção afro-brasileira, durante o período escravista na região. Com isso, o relato proveniente da memória oral abre a possibilidade de utilização do espaço do sítio como uma área de resistência ligada a momentos de festividade e de perpetuação da cultura negra, diferindo dos demais lugares regionais, associados aos momentos de tortura e sofrimento da população escravizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou apresentar possibilidades interpretativas de um sítio arqueológico afro-diaspórico, a partir de dois vieses distintos e complementares. Primeiramente, utilizamos a categoria quilombo, como proposto por Nascimento (2021), para compreender os diferentes lugares e momentos de resistência da população escravizada, entendendo que as áreas de quilombo teriam como característica a resistência ao sistema colonial por meio de atividades cotidianas afro-centradas.

O segundo viés levou em consideração elementos da memória oral coletados entre a população local, visto que a comunidade ainda reproduz em seu discurso atividades de resistência desenvolvidas pela população escravizada, tal como os festejos. No contexto em específico, a distância da fazenda Tamboril, pode ter sido um fator em comum para as duas possibilidades levantadas até aqui, embora com consequências distintas.

Dessa forma, se o lugar que hoje chamamos de sítio arqueológico Olhos D’Água, foi utilizado como um quilombo temporário, a presença da fazenda e do aparato colonizador pode ter sido um fator catalisador que incentivou a alta mobilidade do grupo resultando numa ocupação de curta duração, deixando poucos vestígios materiais para trás. Na segunda possibilidade, parte da população escravizada da região, incluindo aí os moradores do Tamboril, poderiam ter escolhido aquele espaço, localizado a uma distância “segura” da sede da fazenda, para se reunirem e executarem, durante um período, suas práticas religiosas, festivas, culturais e sociais diversas e ancestrais.

A dispersão espacial dos fragmentos cerâmicos em uma área pequena pode ser um indicativo do uso pontual do espaço do sítio. A cerâmica também aponta para uma preocupação dos membros do grupo na produção manufaturada dos vasilhames e execução de decorações, o que naquele contexto pode indicar uma intenção de representar e transmitir saberes a partir dos traços incisos e da pintura realizada nos vasilhames.

Fourshey et al. (2019) apontam para a utilização de elementos mnemônicos, na cerâmica, na escultura e na arquitetura, entre os grupos linguísticos falantes do Bantu, na África Central,

com o objetivo de “(...) dar vida às suas lições e para ajudar a plateia a aprender e a reter não apenas o conhecimento cultural e histórico, mas também os pensamentos mais profundos que eles buscavam transmitir” (FOURSHEY et al., 2019, p.178). Com isso, é possível compreender a decoração nos fragmentos cerâmicos identificados no sítio Olhos D’água como mais um item constitutivo daquela paisagem afro diaspórica, sendo um agente importante na manutenção e dispersão dos símbolos e significados compartilhados pela comunidade negra, sendo, nesse caso, mais um indicativo da importância do sítio arqueológico na sociabilidade e na resistência da população negra do Alto Araçuaí.

Por fim, chegamos à seguinte reflexão. Não foi possível concluir qual o tipo de ocupação realizada no sítio arqueológico Olhos D’Água. No entanto, seja como um lugar de quilombo ou como uma área de festividade, aparentemente sua ocupação se deu de forma curta e pontual.

A inconclusão apontada aqui não deve se sobrepor a importância do sítio arqueológico, visto que independente de seu destino, surge uma constatação: sua utilização como local de resistência da população negra ao modelo opressor colonial escravista operado pela Coroa portuguesa. Seja a partir das fugas e agrupamento de pessoas escravizadas, ou a partir do encontro da população negra para a realização de festejos, nesse lugar foram desenvolvidas, reproduzidas e compartilhadas vivências que desafiavam a ordem social vigente.

Desde a escolha de seu local, por meio dos marcos paisagísticos tais como, curso d’água e da gruta do Ipê, bem como da utilização de uma cerâmica decorada, o sítio Olhos D’Água, tudo indica uma interação de saberes, resistência e vivências das pessoas do Alto Araçuaí. Além do mais, o sítio arqueológico se mostra como o primeiro lugar na região que materializa um outro significado sobre o período da escravidão: o da resistência.

Com isso, tem-se um importante marco que demonstra um espaço de resistência e perpetuação dos saberes ancestrais, com uma cultura material majoritariamente afro-brasileira, logo o sítio se torna de extrema importância para uma compreensão mais ampla sobre a população Negra da região e suas distintas formas de resistência às imposições ao sistema colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATALAY, Sonya. 2006. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly*, Vol. 30, No. 3/4, Special Issue: Decolonizing. Archaeology (Summer - Autumn, 2006), pp. 280-310
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BENDER, Barbara.; WINER, Margot. *Contested Landscapes: Movement, Exile and Place*. Oxford: Berg, 2001.
- BISPO JÚNIOR, Heitor. *Lugares e Gentes: as relações entre pessoas, paisagens e Arqueologia em Senador Modestino Gonçalves, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais – (2010-2019)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 2020.
- CARVALHO, Nivaldo de Jesus; CANUTO, Geraldo da Consolação. *Senador Modestino Gonçalves: histórias, lendas e costumes*. Rio de Janeiro: s/ed, 2002.
- CARVALHO, Patrícia Marinho de. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, v. 4, n.1, p. 37-46, 2014.
- COSGROVE, Denis. *Social formation and symbolic landscape*. London: Croom Helm, 1993.
- CUNHA, Maísa Faleiros. A escravidão em números: estudo da demografia escrava entre 1851-1872. In: SECRETO; Maria Verónica; FREIRE, Jonis. *História, Como Se Faz? Exercícios de metodologia da história sobre escravidão e liberdade*. Ebook. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, p.73-98.
- FAGUNDES, Marcelo. Uma geografia arqueológica em Serra Negra: construções, conexões, histórias e causos Laepianos. In: FAGUNDES, Marcelo. *Paisagem e Arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2021, p. 31-72, 2021.
- FAGUNDES, Marcelo; ARCURI, Marcia. Paisagem cíclica, lugares de retorno: um estudo de resiliência cultural em Cerro Ventarrón, Lambayeque, Peru. *Revista de Arqueologia*, v. 36, p. 225-244, 2023.
- FAGUNDES, Marcelo, GRECO, Wellington, ARCURI, Márcia, BANDEIRA, Arkley. Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre – um estudo de caso em Serra Negra, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v.34, p. 74-103, 2021.
- FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. *África Bantu: de 3500 ac até o presente*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GEERTZ, Clifford. *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de Homem*. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Jaqueline. Uma perspectiva ontológica para uma análise etnoarqueológica das paisagens do lago Amanã, baixo Japurá, Amazonas. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n.2, p.59-81, 2018.

- GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer “realidade”. Resposta de David Graeber a Viveiros de Castro. *Práxis Comunal*, v.2, n.1, p.278-323, 2019.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma Negação Da Ordem Escravista: Quilombos Em Minas Gerais No Século XVIII*. Ícone, 1988.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata; PEREIRA, Anderson Barbosa Alves. Mineração colonial: Arqueologia e História. *Anais da Jornada Setecentista*, 5, Curitiba, p.1-23, nov. 2003.
- INGOLD, Tim. *The temporality of the landscape*. *World Archaeology*, v.02, p.152-174, 1993.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p.8-23.
- LINO, Nilma. *O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.
- MACEDO, Thaisa Dayanne Almeida. “*Vou te proteger*”: a Educação Patrimonial como estratégia para proteção e valorização do patrimônio arqueológico do município de Senador Modestino Gonçalves, MG. Dissertação (Mestrado em humanidade), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. 2017.
- MENEZES, Pedro Augusto Soares de. *Ambrósio, um quilombo brasileiro: preceitos de Beatriz Nascimento para uma arqueologia da herança política africana*. Tese de conclusão de curso (graduação em antropologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2022.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2021.
- SEAWRIGHT, Leandro Alonso. Memória, História Oral e Patrimônio Imaterial Afro-brasileiro - Teoria, *Práxis. Odeere (UESB)*, v. 1, p. 4-31, 2016.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A paisagem entre Textos e Intertextos. *Revista Tamoios*, ano 17, n. 1, p. 129-147, 2021.
- TILLEY, Christopher. Introduction: Identity, Place, Landscape and Heritage. *Journal of Material Culture*, v. 11(1/2), p. 7-32. 2006.